



INSTITUTO NACIONAL
DE PESQUISAS OCEÂNICAS

2023

Relatório Anual

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MCTI

Luis Manuel Rebelo Fernandes

DIRETORIA

Diretor Geral do INPO

Segen Farid Estefen

Diretor de Pesquisa e Inovação

Andrei Polejack

Diretora de Infraestrutura e Operações

Janice Romaguera Trotte-Duhá

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Márcia Cristina Bernardes Barbosa (Titular) – Presidente

Leandro Bortolozo Pedron (Suplente)

Ministério da Educação

Mercedes Maria da Cunha Bustamante (T)

Paulo Jorge Parreira dos Santos (S)

Ministério da Defesa

Contra-Almirante Carlos André Coronha Macedo (T)

Contra-Almirante Dino Avila Busso (S)

Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Raimar Van Den Byllardt (T)

Carlos Victal (S)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Renato Janine Ribeiro (T)

Paulo Eduardo Artaxo Netto (S)

Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa

Ramiro Wahrhaftig (T)

Handerson Jorge Dourado Leite (S)

Representante dos Associados do INPO

Eliane Gonzalez Rodriguez (T)

Murilo Augusto Vaz (S)

Representante do Conselho Científico do INPO

Alexander Turra (T)

José Henrique Muelbert (S)

Representantes da Sociedade Civil

Helena Bionciani Nader (T)

Jailson Bittencourt de Andrade (S).

Carlos Afonso Nobre (T).

Moacyr Cunha de Araujo Filho (S)

Ademilson Josemar Zamboni (T)

CONSELHO FISCAL

Designado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Fernando Otavio de Freitas Peregrino – Presidente

Designado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Lozevaldo Monteiro Cruz

Designado pela Marinha do Brasil

Contra-Almirante Intendente Marinha

Leonardo Dias de Assumpção (T)

Contra-Almirante Intendente Marinha

Alexandre Augusto Lopes Villela de Moraes (S)

Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO

Rua Aloísio Teixeira 278 • Prédio 3 • 4º andar

Ilha da Cidade Universitária

Rio de Janeiro - RJ • CEP 21941-850

inpo.org.br

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Sumário

1	Resumo Executivo	7
2	Apresentação do Diretor-Geral	10
3	O INPO	13
	Introdução	13
	Histórico	16
	Missão	20
	Objetivos Estatutários	21
	Governança	23
4	Relatório de Atividades 2023	28
	Macroprocesso 1 - Implantação e Operação do INPO	30
	Macroprocesso 2 - Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos	33
	Macroprocesso 3 - Infraestrutura Laboratorial e Embarcada	35
	Macroprocesso 4 - Programa de Inovação	36
	Macroprocesso 5 - Informação e Difusão do Conhecimento	37
	Macroprocesso 6 - Integração de Ações Institucionais	38
	Macroprocesso 7 - Captação de Recursos	39
	Macroprocesso 8 - Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres	40
5	Ações de Futuro	42
	Implantação e Operação do INPO	42
	Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos	43
	Infraestrutura Laboratorial e Embarcada	44
	Programa de Inovação	44
	Informação e Difusão do Conhecimento	45
	Integração de Ações Institucionais	45
	Captação de Recursos	45
	Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres	46
	Quadro de Metas e Indicadores 2024	47
6	Gestão Orçamentária e Financeira - 2023	49
	Valores Repassados no Âmbito do Contrato de Gestão	50
	Reprogramação dos Saldos Financeiros	51
	Movimentação Operacional dos Recursos do Contrato de Gestão em 2023	51
7	Conclusões	54
8	Anexo	57
	Caderno de Demonstrações Financeiras - exercício 2023	57

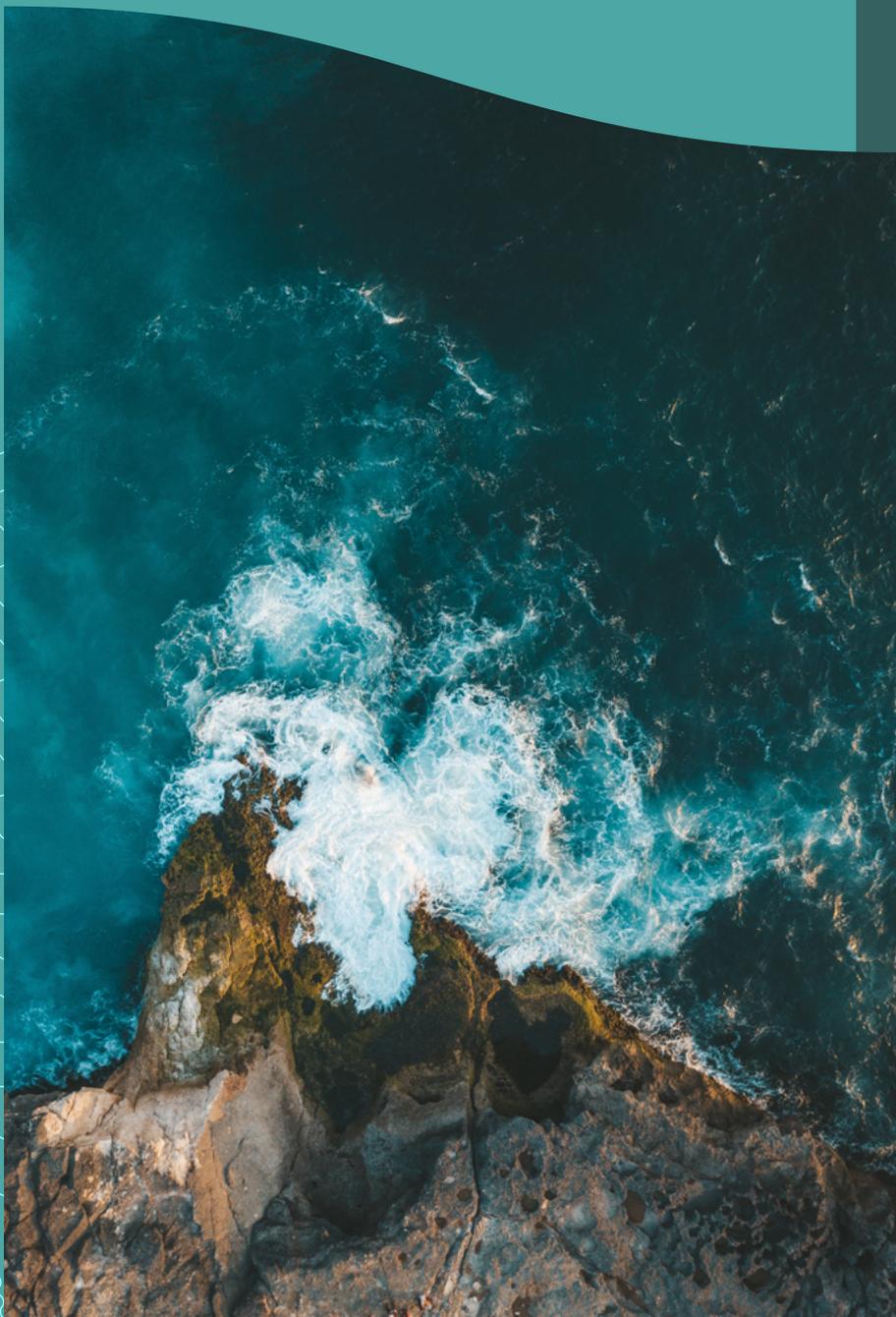
Índice de Figuras

Figura 1: Ilustração esquemática dos principais eixos de atuação do INPO.	15
Figura 2: Quadro de definição de Organização Social.	18
Figura 3: Organograma do quadro de governança do INPO.	23
Figura 4: Diagrama da composição do Quadro Científico do INPO por nível de produtividade segundo classificação do CNPq.	24
Figura 5: Distribuição geográfica da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII).	25
Figura 6: Registro da cerimônia de assinatura do Contrato de Gestão entre MCTI e INPO, ocorrida em 9 de outubro, no Rio de Janeiro.	29
Figura 7: Imagem ilustrativa da entrada da sede do INPO, Rio de Janeiro.	31
Figura 8: Imagens ilustrativas do projeto interno da sede INPO, Rio de Janeiro.	31

Índice de Tabelas

Tabela 1: Demonstrativo dos repasses financeiros do Contrato de Gestão MCTI/INPO em 2023.	50
Tabela 2: Programação de execução do saldo financeiro conforme acordado em Contrato de Gestão.	51
Tabela 3: Fluxo de caixa resumido da execução financeira do INPO em 2023.	51
Tabela 4: Quadro demonstrativo dos recursos previstos e os desembolsos gerados por sua aplicação.	52

Resumo Executivo



Resumo Executivo

Com o marco do início de suas atividades formais em novembro de 2023, o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO, Organização Social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, surge como uma entidade comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, ancorada na produção do conhecimento e no fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I no Brasil, na área das ciências oceânicas.

Seu objetivo central é estabelecer-se como um catalisador essencial da pesquisa e desenvolvimento, do capital humano e da infraestrutura científica e de inovação, contribuindo de forma significativa para a ciência e o desenvolvimento sustentável, que culminam na preservação dos ecossistemas marinhos.

Esse relatório anual, delineando o período inaugural do INPO, fornece uma visão abrangente das estratégias e realizações que moldarão o futuro do Instituto, a partir do estabelecimento de oito macroprocessos estratégicos que abrangem, desde a expansão do conhecimento oceânico, até a promoção da inovação e a integração de ações institucionais.

Em 2023, o INPO empreendeu uma série de atividades fundamentais para o cumprimento de sua missão. Iniciou a sua estruturação física e organizacional, instalando a sua sede no Parque Tecnológico da UFRJ, estabelecendo a composição de seu quadro técnico, formulando estratégias para atingir os seus objetivos, bem como coordenando os aspectos estruturais para o seu bom funcionamento. Destacaram-se também as iniciativas em busca do estabelecimento de parcerias estratégicas e o planejamento de eventos que permitam o Diagnóstico Nacional sobre o Oceano, com ênfase para o seu papel nas mudanças climáticas.

Para 2024, o INPO planeja concluir a sua sede, finalizar a contratação de seu quadro técnico e avançar no planejamento e execução dos macroprocessos essenciais. Isso inclui o estabelecimento de seu Conselho Científico, a governança da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura, e a coleta de dados para o Diagnóstico Nacional sobre o Oceano, contribuindo decisivamente para o papel do Brasil na Década da Ciência Oceânica da ONU. Os projetos estruturantes em instrumentação científica, em sistemas de observação e gestão de dados terão prioridade de implementação. Os processos de captação de recursos e identificação de oportunidades de ação serão atividades rotineiras, nesse primeiro ano de sua implementação. O INPO avança rumo à sua consolidação no cenário nacional, como um polo de referência na pesquisa oceânica, no desenvolvimento tecnológico, estimulando a inovação e contribuindo para a gestão sustentável do oceano.

Apresentação do Diretor-Geral



Apresentação do Diretor-Geral

O processo de constituição do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO como Organização Social encontra-se fundamentado no Programa Ciência do Mar (Portaria MCTI no 4.719/2021), na Lei das OS (Lei 9.637/1998) e no Decreto que as regulamenta (Decreto no 11.275/22). O modelo de Organização Social dá agilidade à atuação do INPO, guardando o vínculo formal com o seu órgão supervisor, o MCTI. Inicia-se, assim, uma fase profícua de construção do INPO, fundamental para desempenhar o seu papel de indutor da ciência e tecnologia marinha, para o benefício da sociedade.

Ampliar o conhecimento sobre o oceano adquire perspectivas diversas, buscando melhor compreender seu papel na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, oferecendo a melhor ciência para a preservação de seus ecossistemas, bem como melhor dialogando com a sociedade sobre os processos decisórios que assegurem a segurança alimentar e nutricional, enquanto importante fonte de alimentos. A Observação Oceânica, constituída da instrumentação oceanográfica in-situ e por dados de monitoramento remoto por satélites, deve ser reforçada. Esse é um dos pontos de partida para o enfrentamento dos eventos extremos: conhecer melhor e bem monitorar a dinâmica do oceano.

A agilidade na efetivação da transição energética é fundamental para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, cujas consequências são sentidas no sudeste e sul do país, com chuvas intensas, e na Amazônia, com seca sem precedentes. Ações voltadas à formulação de políticas públicas que impulsionem investimentos na economia azul são necessárias. As mais evidentes, atualmente, incluem a regulamentação em curso no Congresso Nacional para a conversão das energias oceânicas renováveis em eletricidade ou

hidrogênio. Desafios outros, como o Planejamento Espacial Marinho, coordenado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM e com o respaldo do BNDES, serão apoiados com o fortalecimento da pesquisa marinha. Demais preocupações cruciais para a sustentabilidade do oceano, demandando abordagem supranacional, incluem a sobrepesca e a poluição marinha, com destaque para o plástico e o microplástico.

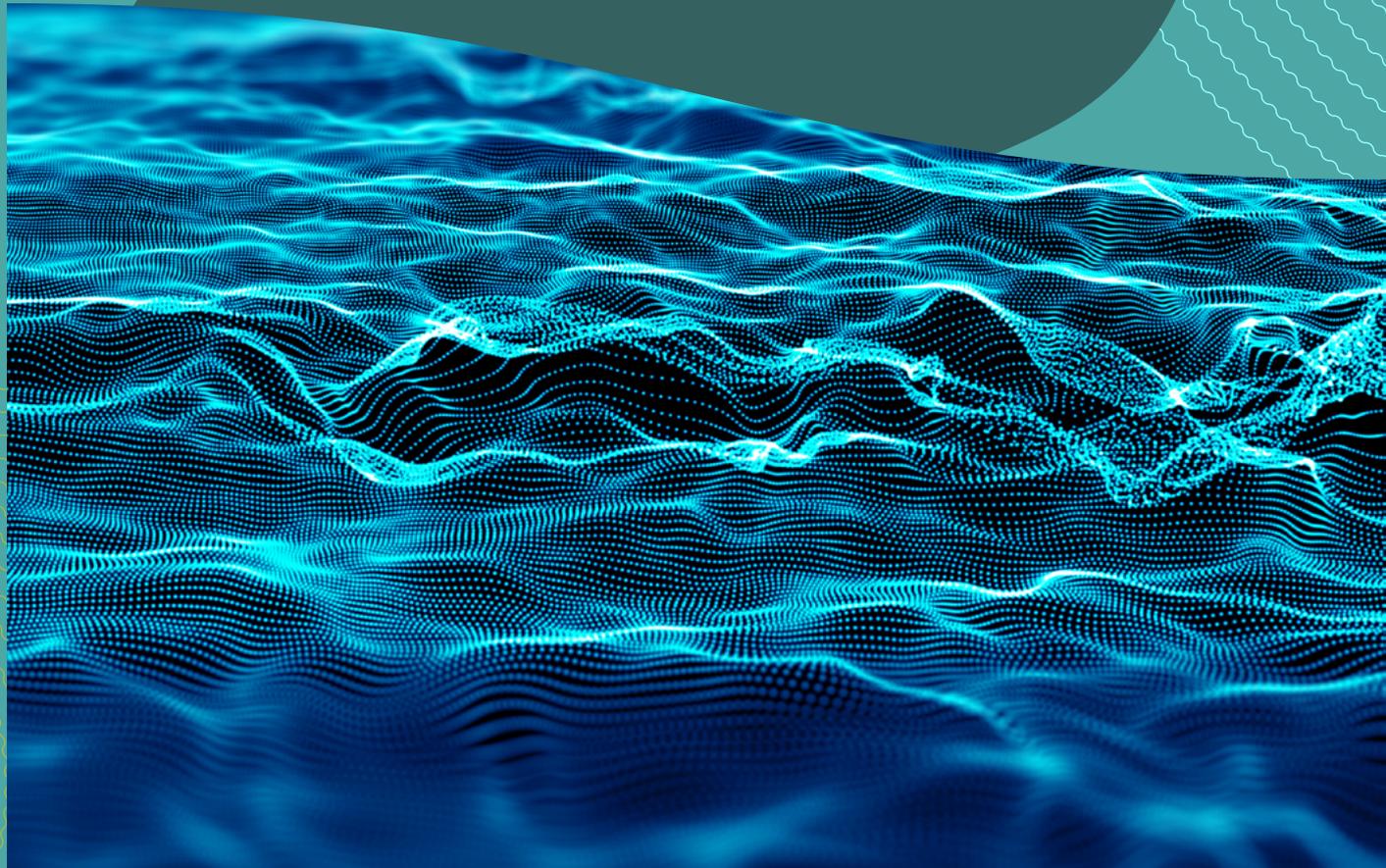
O INPO baseia-se na atuação da comunidade científica em todas as áreas de pesquisa oceânica, com ênfase em Oceanografia e Engenharia Oceânica. Para tal utiliza a infraestrutura laboratorial nacional, em solo ou embarcada. Sua Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPii) envolve 24 universidades, INCTs focados em Oceanos, grupos técnico-científicos especializados, sociedades técnico-científicas e empresas, estas últimas desempenhando papel crucial na aceleração da inovação.

Os objetivos estratégicos do INPO, delineados em seu Plano de Ação enquanto parte integrante do Contrato de Gestão, envolvem ações de cunho científico, como o aumento do conhecimento sobre o oceano; o provisionamento de infraestrutura adequada, como a constituição de um robusto sistema de dados, em cooperação com o Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) gerido pela Marinha do Brasil; e o apoio à inovação, com o desenvolvimento de equipamentos oceanográficos em cooperação com empresas nacionais. Por fim, incluem a obtenção tempestiva de previsões e alertas de eventos extremos a serem transferidas em ação coordenada para os órgãos responsáveis pelas emergências.

Está em curso o planejamento de um grande evento nacional de Interação Oceano-Sociedade, reunindo especialistas e setores organizados da sociedade para discutir e priorizar as atividades do INPO, de interesse público. A isso soma-se uma sólida estruturação da cooperação internacional, para o efetivo intercâmbio com outros países sobre ações conjuntas, em prol da sustentabilidade do oceano.

Pelo acima exposto, convido a comunidade científica, empresas e setores organizados da sociedade a se unirem nesse esforço de construção do INPO, para que o Brasil possa contribuir com avanços significativos em prol da sustentabilidade do oceano.

O INPO



O INPO

Introdução

O Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO, é uma Associação Civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social nos termos do Decreto Presidencial 11.275, de 6 de dezembro de 2022, e vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de Contrato de Gestão, publicado no Diário Oficial da União, edição 188, seção 3, pág. 9, em 02 de outubro de 2023.

A Organização Social é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que obtém sua qualificação por meio de decreto presidencial. Essa organização, em parceria com o Estado, executa atividades voltadas ao ensino, à pesquisa científica, à tecnologia, ao meio ambiente, à cultura e à saúde. O modelo de gestão compartilhada com Organizações Sociais tem se mostrado eficaz porque alia princípios do direito privado, como a flexibilidade e a agilidade na execução de ações em uma realidade de mercado, pautada nos princípios do poder público, como a economicidade e a transparência na execução de contratos. Esse modelo é avaliado por gestores públicos como opção eficiente para projetos que precisam ser executados de forma sustentável, em prol da melhoria dos serviços do Estado. O Contrato de Gestão (CG) é o instrumento que regula as ações de uma OS. Escolhido como o modelo adequado para a propulsão da pesquisa marinha no Brasil, este foi tratado nos processos de negociação e de criação do INPO.

O INPO tem como objetivo geral promover as ciências do mar de forma integrada e transdisciplinar, permitindo o enfrentamento dos desafios nacionais nessa área, em distintas escalas, bem como

provendo o embasamento técnico para a implementação de políticas públicas que beneficiem a sociedade brasileira e a ampliação do papel do Brasil no cenário internacional, em prol de um oceano sustentável.

A importância do oceano ganhou uma nova dimensão junto à sociedade brasileira, fruto da crescente necessidade de preservação do ambiente costeiro e marinho e sua biodiversidade, que demandam a exploração de recursos naturais de forma sustentável, bem como pela necessidade de geração de dados oceânicos que contribuam para a tomada de decisões relativas às mudanças climáticas e eventos extremos. Essa nova dimensão posiciona o Brasil com novo protagonismo tendo em vista um novo contexto geopolítico exercido pelo País no Oceano Atlântico e seu entorno estratégico, aumentando a visibilidade do País nos assuntos oceânicos, tanto do ponto de vista da visão estratégica do Desenvolvimento Nacional, como de sua participação no cenário internacional.

O momento não poderia ser mais propício. A Assembleia Geral da ONU reconheceu a necessidade de se produzir ciência de qualidade para embasar melhores políticas públicas no mar e seus usos; e foi assim que a década ora em curso (2021 a 2030) foi reconhecida como a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, propiciando oportunidade única para se incrementar a capacidade analítica dos países acerca dos espaços marinhos e trazer a pesquisa e a inovação tecnológica mais próximas aos desafios sociais atuais. Com o mote: “a ciência que precisamos para o oceano que queremos”, essa Década colima esforços nacionais em implementar um instituto que agregue ciência, tecnologia, infraestrutura e inovação vocacionadas ao mar.

O mar tem sofrido inúmeras ameaças como poluição, eutrofização, alterações na dinâmica dos sedimentos, urbanização e sobrepesca. Além disso, compreender o impacto das mudanças climáticas sobre o oceano Atlântico Sul e Tropical e seus efeitos decorrentes, tais como a elevação do nível médio do mar, as alterações na circulação oceânica, a acidificação do oceano, as alterações na abundância das espécies e perda de biodiversidade e os impactos no ciclo hidrológico e no clima em todo o território nacional, são prioridades científicas que podem subsidiar a tomada de decisões por parte do governo brasileiro. Nunca é demais lembrar que o Brasil possui 443 municípios defrontantes com o mar, caracterizando-se como espaço geográfico onde vive significativa parcela da população brasileira.

O alinhamento de instituições com elevada representatividade nacional, tais como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), completam o regime de colaboração entre os entes nacionais, com vistas à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no País, congregando assim os setores federal, as instituições de pesquisa, o setor empresarial e outros setores locais envolvidos, em pleno respeito aos critérios do interesse público atinentes às ciências do mar.

Nasce assim o INPO, resultante de longo um processo de negociações e de grande expectativa, de parte da comunidade científica brasileira.

É fundamental, portanto, promover a pesquisa científica multidisciplinar do oceano e suas interrelações com o continente e atmosfera, o que implica dispor de infraestrutura operacional e administrativa adequada para a consecução dessas atividades de forma sistemática e continuada.

A ideia de se conciliar estrutura operacional e pesquisa científica baliza o mote de atuação do INPO, conforme ilustra a Figura 1.

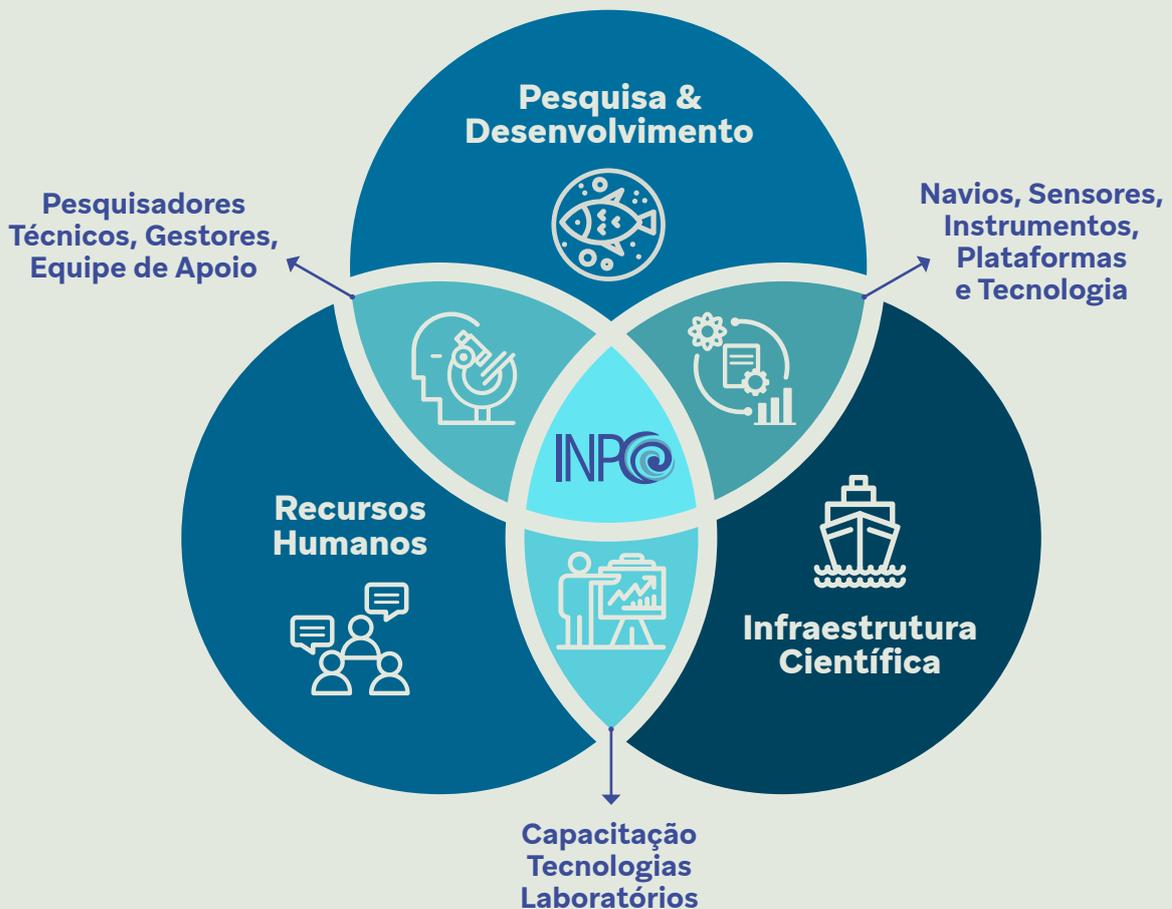


Figura 1: Ilustração esquemática dos principais eixos de atuação do INPO.

O que se espera, enquanto efeito desejado no prazo de vigência do presente Contrato, ademais do amplo apoio que a OS para o mar já angaria de parte da comunidade científica no País, é o alinhamento da pesquisa com a infraestrutura operacional e administrativa, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, em parceria com a iniciativa privada, que permitam a geração de conhecimento sobre o oceano, com vistas a atender às demandas do Poder Público, da sociedade e do setor privado.

Histórico

Esforços são continuamente exercidos pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), bem como pelo MCTI, na promulgação de políticas públicas marinhas, nas quais a ciência oceânica exerça papel central, como é o caso da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e os seus Planos Setoriais (PSRM); o Programa Plurianual; o Programa Ciência no Mar; o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Oceanos; bem como o Plano Nacional da Década da Ciência Oceânica no Brasil, no qual se projeta a promoção da ciência como base para a tomada de decisão e desenvolvimento de ações coordenadas, que venham a transformar o oceano que temos, no oceano que queremos.

A ausência de uma instituição nacional, com fins operacionais, de execução, facilitação e promoção das atividades preconizadas pelos principais programas e planos de ação nacionais, tornam muito tênues o alcance de tais políticas nacionais e planos decorrentes.

O reconhecimento da lacuna institucional de uma entidade dedicada à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e ao apoio ao pesquisador nacional, com vistas a incrementar as capacidades do Brasil em responder aos desafios de gestão desse vasto território oceânico foi um dos resultados da publicação "Mar e Ambientes Costeiros" organizada pelo CGEE¹ em 2007. Esta pu-

1 CGEE (2007). Mar e Ambientes Costeiros. [Consultores, Castro, B.M.; Hazin, F.H.V. e Souza, K.G. (eds.)] CGEE, Brasília, DF, 323p. https://repositorio.mcti.gov.br/bitstream/mctic/5320/1/2007_mar_e_ambientes_costeiros.pdf

blicação, que elencou prioridades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, especialmente nos temas da pesca e exploração sustentável de recursos minerais, já apontava para a carência de uma instituição que aliasse pesquisa, recursos humanos e apoio à infraestrutura, focados em preencher as lacunas que ainda mantém o Brasil em níveis abaixo do desejado em termos da ciência oceânica.

Esse movimento reproduz um anseio antigo dos pesquisadores marinhos nacionais. A manifestação pública da comunidade científica oceânica do Brasil em apoio à criação de tal instituição ocorreu formalmente em 2010, na 62ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC ocorrida em Natal - RN. O então Presidente da SBPC, Dr. Marco Antonio Raupp, que posteriormente se tornaria o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2014), proferiu as seguintes palavras, em seu discurso de abertura:

“A Marinha do Brasil mobiliza há muitos anos esforços e competências para conhecer cientificamente o ambiente marinho, o mesmo acontecendo com algumas de nossas universidades. Contudo, a amplitude e a complexidade marítima pedem um aparato científico e tecnológico que nos possibilite ampliar nossos conhecimentos e nossas possibilidades de extração de riqueza do mar de modo sustentável. (...) Em resumo, precisamos de uma Embrapa para o mar.”



Em 2012, o então Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Aloizio Mercadante, reuniu representantes da comunidade científica marinha do Brasil para discutir ações que alavancassem a área, em definitivo. Dessa forma, iniciou-se um estudo dos mecanismos pelos quais tal ação pudesse vir a termo e, após consultas intragovernamentais e em estreita colaboração com a ciência e a indústria, o MCT concluiu que o modelo mais adequado seria criar um Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas, nos moldes de uma Organização Social (OS).

Organização Social - OS



O modelo de parceira do Poder Executivo federal com Organizações Sociais foi criado pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Esta lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1923 e julgada como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2015. A Suprema Corte referendou a constitucionalidade da lei, mas determinou a adoção de mecanismos que tornassem o processo de publicização mais aderente aos princípios da Administração Pública. Assim, foram publicados o Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, e a Portaria ME nº 297, de 12 de junho de 2019, com a introdução do estudo de publicização e do chamamento público, dentre outros requisitos para a qualificação de organizações sociais.

Figura 2: Quadro de definição de Organização Social.

Em 2013, o agora Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, após elaboração de estudos de viabilidade e tendo em conta exemplos de institutos de pesquisa no Brasil e ao redor do mundo, iniciou as tratativas formais necessárias para a criação de uma entidade que cumprisse esse mandato e preenchesse a lacuna existente em termos de pessoal capacitado, infraestrutura de pesquisa marinha e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico oceânico no Brasil. Em constantes consultas com o corpo acadêmico brasileiro, o MCTI desenhou a gênese do INPO, enquanto Organização Social. Ao mesmo tempo, o corpo de pesquisadores envolvidos nessa intensa articulação se organizou e fundou a Associação INPO, constituída e registrada enquanto pessoa jurídica sem fins lucrativos. Nascia assim a instituição que no futuro se tornaria a Organização Social pretendida para alavancar a ciência e tecnologia oceânica e assim cumprir os objetivos sociais do Brasil no mar.

Devido a uma série de percalços no caminho, o INPO não pode se materializar, em face a um questionamento legal sobre a constitucionalidade do modelo de Organização Social. Somente após a publicação do Decreto no 9.190, de 2017, que regulamenta o processo de publicização, ou seja, a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos da União por organizações sociais qualificadas, é que o projeto INPO pôde novamente ser retomado, requerendo a reconstrução de alianças e reposicionamento dessa importante pauta, junto aos tomadores de decisão. Assim, em setembro de 2021, cumpridos os ritos necessários, foi publicado o Edital de Chamamento Público nº 31/2021, que objetivava selecionar pessoa jurídica sem fins lucrativos ou de consórcio de entidades para qualificação como organização social. O processo de análise, seleção, qualificação e contratação perdurou até 2023, tendo a Associação INPO vencido o certame.

Severas limitações na disponibilidade de infraestrutura de pesquisa oceânica que, seguidamente, impactavam os esforços nacionais em ampliar o papel do país como uma liderança científica no Atlântico Sul e Tropical, foram elementos que forjaram o compromisso e a resiliência da comunidade científica oceânica brasileira em prol do projeto de institucionalização daquela que seria a primeira Organização Social no Brasil dedicada às questões do oceano, mais especificamente, o INPO.



Missão

Promover a ciência oceânica transformadora, de caráter integrado e transdisciplinar, para superar os desafios nacionais e, com isso, integrar ações nas escalas local, nacional, de Atlântico Sul e global, e ampliar o papel do Brasil no cenário internacional, subsidiando, com embasamento técnico-científico, a implementação de políticas públicas que beneficiem a sociedade brasileira e possibilitem que o país contribua com a agenda internacional em prol de um oceano sustentável.



Objetivos Estatutários

O INPO é uma Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT) privada que tem por finalidade contribuir para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de oceanografia física, química, biológica e geológica; interação oceano-atmosfera; pesca e aquicultura marinha; engenharia naval, costeira e submarina; instrumentação oceanográfica; energia dos oceanos; biodiversidade marinha e costeira, e biotecnologia.

São objetivos específicos da Associação INPO:

- I. promover e realizar estudos e pesquisas e outras atividades de interesse público em suas áreas de competência, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do País ao expandir a base de conhecimentos sobre os oceanos e seu uso sustentável, com ênfase para os oceanos Atlântico Sul e Tropical, de acordo com a legislação em vigor;
- II. produzir e sistematizar dados e informações a partir de sistemas in situ e remotos de observação, podendo ser assimilados em modelagem matemática e simulação, para a pesquisa voltada ao atendimento da sociedade e para a ampliação do conhecimento sobre os oceanos Atlântico Sul e Tropical;
- III. contribuir para o estabelecimento de programa de pesquisa, em parceria com outras instituições, com foco no entendimento, monitoramento e previsão de acidentes por poluição no mar;
- IV. sintetizar o conhecimento científico em suas áreas de competência como subsídio à elaboração de políticas públicas;
- V. promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia com o setor produtivo público e privado;
- VI. desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas, em suas áreas de competência;
- VII. manter, ampliar, modernizar e otimizar a infraestrutura de apoio à pesquisa, tais como embarcações e laboratórios;

- VIII.** proporcionar e contribuir para o treinamento científico, tecnológico e operacional de recursos humanos nas atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas áreas de sua competência;
- IX.** contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa, desenvolvimento e inovação brasileiros, firmando parcerias para disponibilizar suas instalações, embarcações e equipamentos a pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros devidamente treinados e qualificados para a realização de trabalhos científicos e/ou de aplicações tecnológicas;
- X.** contribuir para o aprimoramento da indústria nacional, firmando parcerias em projetos, bem como para a construção, operação e manutenção da infraestrutura de pesquisa, em suas áreas de competência;
- XI.** implantar, por si só ou em associação com outras instituições públicas e/ou privadas, novos laboratórios ou centros de pesquisa de alto conteúdo científico e tecnológico;
- XII.** difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- XIII.** produzir, editar, publicar e veicular material didático relacionado com seus objetivos;
- XIV.** prestar serviços tecnológicos relacionados às áreas de atividades que constituem o seu objeto;
- XV.** fazer uso, quando necessário, da infraestrutura de instituições públicas e/ou privadas que possuam capacidade comprovada para apoiar pesquisas científicas e desenvolvimentos tecnológicos, por meio de embarcações de pesquisa, equipamentos de coleta de dados e laboratórios devidamente instrumentados; e
- XVI.** fomentar a integração entre a academia e as instituições públicas e privadas, inclusive a fim de capacitar mão de obra aliada ao conhecimento científico.

Governança

De forma a permitir o pleno avanço do Instituto, seu Regimento Interno foi criado e implantado em 2023. O INPO constitui-se como Associação Civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, cujo corpo decisório superior é o Conselho de Administração, constituído por representantes do poder público, entidades privadas, e de representantes da sociedade civil e do corpo de associados (Figura 3). Ademais, conta com dois conselhos que atuam como instâncias consultivas, o Conselho Fiscal, que monitora as contas e gastos da entidade, e o Conselho Científico, que orienta os aspectos técnico-científicos do INPO. Na diretoria executiva tem-se um Diretor-Geral, escolhido e aprovado pelo Conselho de Administração do INPO e, abaixo dele, três diretorias executivas: a de Pesquisa e Inovação, a de Infraestrutura e Operações e a de Administração e Finanças. Desde o início das discussões sobre a implantação do INPO houve um entendimento que seu quadro efetivo seria enxuto, de forma que grande parte de suas atividades fossem executadas por meio de projetos e programas em estreita parceria com as universidades, centros de pesquisa, empresas e demais instituições focadas no ambiente marinho. Desta forma, impõe-se ao INPO a obrigatoriedade de buscar parcerias eficazes e efetivas no cumprimento de seus objetivos.



Figura 3: Organograma do quadro de governança do INPO.

Ademais da enxuta estrutura administrativa, o INPO conta com um **Quadro Científico** de excelência, constituído por representantes da comunidade científica nacional e de centros de pesquisa públicos e privados. Esse Quadro Científico apresenta diversidade temática e regional e capacitação técnica nas áreas de competência do INPO. Participam desse Quadro Científico pesquisadores com liderança científica nacional e internacional, relevante produção científica, capacidade de captação de recursos financeiros e experiência na coordenação de projetos e em cargos de administração, grande parte classificado como de excelência científica segundo padrões de produtividade do CNPq e conforme demonstrado na Figura 4. A governança do INPO prevê o Quadro Científico como elemento estratégico de apoio à sua Diretoria Geral na realização das atividades-meio e fim do contrato de gestão, juntamente com a Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII), que está sendo construída a partir da interação do INPO com as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), as Sociedades Técnico-Científicas e as empresas que integram os esforços de inovação da OS, todos atuantes em temas referentes ao oceano e zonas costeiras.

Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq

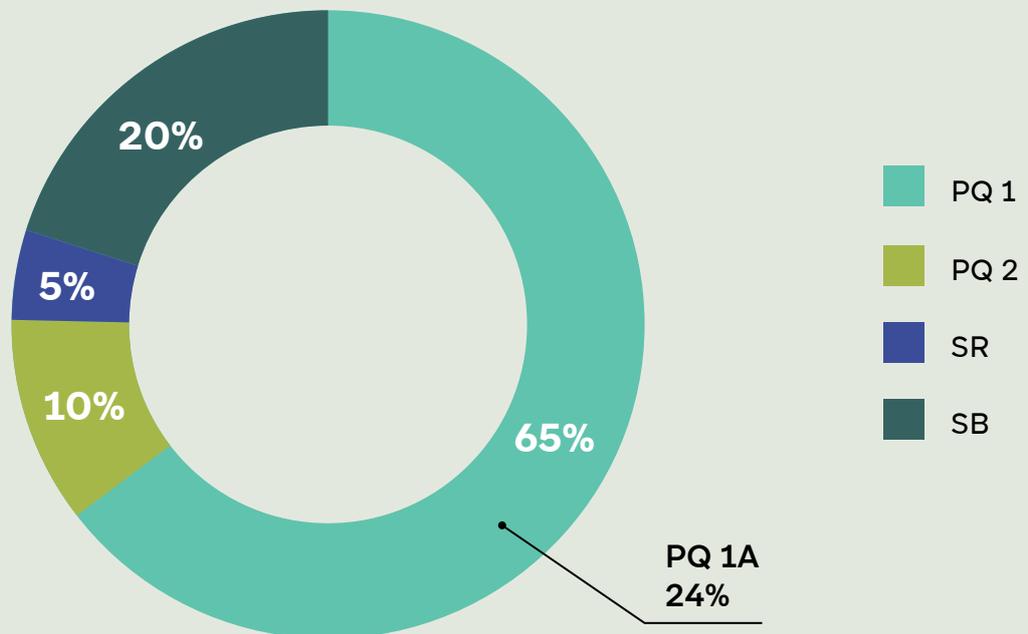


Figura 4: Diagrama da composição do Quadro Científico do INPO por nível de produtividade segundo classificação do CNPq.

A **Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII)**, constituída pela adesão de universidades, centros de pesquisa, institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCTs), redes temáticas e empresas, sob a liderança do INPO, visa contribuir no desenvolvimento das pesquisas científicas e atividades relacionadas com empreendedorismo e inovação. Engloba dezenas de laboratórios e grupos de pesquisa de universidades com atuação em Ciências do Mar, com ênfase em Oceanografia e áreas afins de Engenharia, e empresas. A RPII constitui-se na principal base científica e de infraestrutura para a atuação do INPO. Além disso, iniciativas já consolidadas nas universidades no campo do empreendedorismo, como as incubadoras de empresas para a viabilização das start-ups e os parques de ciência e tecnologia que agregam empresas inovadoras, serão fundamentais para a capilaridade de ações na inovação para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social das atividades no mar. A atuação científica do INPO prevê contratos a serem realizados com as instituições parceiras que constituem a Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura, as quais cederão infraestrutura e pessoal técnico-científico para a execução dos projetos. A distribuição geográfica dos participantes da RPII é mostrada no mapa da Figura 5.



Figura 5: Distribuição geográfica da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII).

Assim, no contexto da estrutura técnico-científica-profissional, a base de atuação do INPO conta com seu Conselho Científico, o Quadro Científico e a Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPPII). O Conselho Científico é constituído por nove membros, sendo cinco indicados pelo Poder Público e ratificados pelo Conselho de Administração e quatro representantes da sociedade civil designados pelo Conselho de Administração entre personalidades e representantes de instituições dedicadas às áreas de atuação do INPO. O Quadro Científico incorpora profissionais com alto nível de capacitação e diversidade temática, composto inicialmente por aqueles aderentes à proposta de publicização aprovada, mas com planos de expansão futura. Seus membros poderão ser considerados pelo Conselho de Administração como potenciais candidatos a compor o Conselho Científico do INPO. A Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura, inicialmente constituída pelas instituições (e seus respectivos quadros técnicos) formalmente aderentes à proposta de publicização submetida pela Associação INPO, deve proporcionar a entrada de novos participantes e a representatividade destes, incluindo balanço de gênero. Portanto, trata-se de um modelo apto a incorporar novas adesões, visando a ampla participação das instituições nacionais e objetivando alcançar toda a estrutura científica marinha nacional.

Relatório de Atividades 2023



Relatório de Atividades 2023

O planejamento estratégico para a OS-INPO deverá focar em ações que conciliem metas de desenvolvimento econômico e de minimização às desigualdades sociais, nos espaços naturais a serem contemplados, sistematizando e compatibilizando projetos com objetivos e metas bem delineados, otimizando aqueles mediante os quais serão gerados os produtos esperados, pelo planejamento.

Após pactuação de metas, definição de indicadores e mecanismos de fomento, foi celebrado o Contrato de Gestão entre MCTI e INPO, publicado no Diário Oficial da União em 02 de outubro de 2023, que estabelece as bases das entregas a serem realizadas pelo INPO ao longo de seis anos. Os recursos pactuados foram repassado efetivamente em outubro, portanto, esse relatório reporta as atividades que ocorreram entre novembro e dezembro de 2023.

A seguir, serão apresentados os macroprocessos, seus objetivos e metas elencados em contrato com o MCTI, bem como o status de sua execução em 2023. Importante ressaltar que, tendo sido o Contrato de Gestão celebrado em outubro de 2023, pactuou-se com o MCTI que as entregas, os indicadores e as metas correspondentes ao ano 1 do Contrato condizem em realidade ao ano de 2024. Por esse motivo e em caráter comparativo, demonstramos a seguir o esperado para o ano 1, ou seja, 2024 e o já realizado nos três meses de efetiva atuação do INPO em 2023.



Figura 6: Registro da cerimônia de assinatura do Contrato de Gestão entre MCTI e INPO, ocorrida em 9 de outubro, no Rio de Janeiro. Foto: Luara Baggi.

Macroprocesso 1

Implantação e Operação do INPO

O Macroprocesso 1 trata das providências para a implantação das instalações físicas do INPO, das contratações do pessoal técnico especializado, bem como a elaboração dos documentos formais e das publicações necessárias ao seu funcionamento.

Objetivos Estratégicos

1. Estabelecer a governança da OS.

Metas para o ano 1: Publicação e registro do Regimento Interno, do Plano de Cargos e Salários e do Regulamento de Contratação de Obras, Serviços e Compras.

Realizado em 2023: Realizadas 05 (cinco) reuniões ordinárias do Conselho de Administração. Realização da Assembleia Geral de Associados do INPO. Organização do Conselho Fiscal. Regimento Interno, Regulamento de Contratação de Colaboradores e Regulamento de Contratação de Obras, Serviços e Compras já publicados, após aprovação do Conselho de Administração do INPO. Organização dos documentos de prestação de contas anual, referentes ao exercício 2023.

2. Implantar as instalações físicas.

Metas para o ano 1: 50% da implantação física da sede.

Realizado em 2023: Sede do INPO estabelecida no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sito à Rua Aloísio Teixeira 278 – Prédio 3 – 4º andar – Ilha da Cidade Universitária, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21941-850. Iniciadas as obras de adequação da nova sede, com finalização prevista para fevereiro de 2024. Conclui-se que a meta esperada para 2023 foi cumprida, e estará totalmente concluída em 2024.



Figura 7: Imagem ilustrativa da entrada da sede do INPO, Rio de Janeiro.



Figura 8: Imagens ilustrativas do projeto interno da sede INPO, Rio de Janeiro.

3. Contratar os recursos humanos para a operacionalização da OS, com base em requisitos estabelecidos.

Metas para o ano 1: 50% de cargos preenchidos.

Realizado em 2023: Preenchidos os cargos estratégicos que compõem o corpo de diretores do INPO, a saber: Diretor-Geral, Dr. Segen Farid Estefen; Diretora de Infraestrutura e Operações, Dra. Janice Trotte-Duhá; e Diretor de Pesquisa e Inovação, Dr. Andrei Polejack. Contratados os serviços de administração e contabilidade, bem como de arquitetura e consultoria jurídica. Meta alcançada em 2023.

Macroprocesso 2

Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos

O Macroprocesso 2 prevê ações de cunho técnico-científico como contribuir com a elaboração de conhecimento sobre problemas nacionais prementes no mar, gerir e realizar pesquisas nas diversas áreas do conhecimento associadas ao oceano e divulgá-los publicamente, trabalhando com o Programa Ciência no Mar do MCTI, bem como a atuação brasileira perante a Década da ONU da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

Objetivos Estratégicos

- 1. Expandir a base do conhecimento sobre os oceanos, com ênfase para o Atlântico Sul e Tropical, a fim de reduzir a vulnerabilidade econômica e social no Brasil, decorrentes de múltiplos vetores de estresse no mar.**

Metas para o ano 1: não há. A partir de 2025, apresentar, bianualmente, uma pesquisa de opinião sobre a atuação do Instituto em termos de relevância, integridade, interface com conhecimento nacional, engajamento com os pesquisadores e atualidade das informações.

Realizado em 2023: Engajamento do Instituto com a comunidade científica por meio da participação em eventos de relevância e proferimento de palestras sobre a OS-INPO. Elaboração das estratégias para a realização do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano, que contribuirá para a agenda científica do INPO. Início da revisão da literatura e seleção de potenciais metodologias de diagnóstico. Identificação de atores nacionais relevantes a serem acessados.

2. Apoiar a promoção de estudos, pesquisa e desenvolvimento, inovação e outras atividades de interesse público, nas áreas de sua atuação.

Metas para o ano 1: não há. A partir de 2025, 2 (duas) publicações anuais em periódicos internacionais.

Realizado em 2023: Negociações com entidades públicas e privadas nacionais em busca de parcerias e sinergias com os objetivos estratégicos do INPO. Articulação com representantes da comunidade científica oceânica nacional para a identificação de projetos estruturantes para o início das atividades do INPO nas áreas de observação oceânica, instrumentação oceanográfica, e infraestrutura de dados.

3. Apoiar a expansão e consolidação do conhecimento científico e tecnológico nacional em oceanos, orientado a soluções, com ênfase no Atlântico, e sua consequente contribuição ao desenvolvimento sustentável do País e à concretização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, da ONU e de objetivos correlatos, e ao alcance dos resultados sociais preconizados para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

Metas para o ano 1: Realização do Seminário Nacional de Integração entre Oceano e Sociedade. A partir de 2025, elaboração e publicação de um *policy brief* bianual.

Realizado em 2023: Iniciado o planejamento da ação com identificação dos eventos já confirmados no calendário de 2024 para atuação direta do INPO. Busca de articulações para que a temática referente ao Oceano seja incorporada nos esforços da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT). Iniciado o desenho estratégico do INPO para contribuir ativamente com as ações brasileiras de relevância para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável e para a implementação do ODS 14. Organização e planejamento do *policy brief* em tema de relevância social, identificado no Seminário e com aportes advindos do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano.

Macroprocesso 3

Infraestrutura Laboratorial e Embarcada

O Macroprocesso 3 trata dos assuntos relativos à infraestrutura nacional de pesquisa laboratorial e embarcada, mais precisamente no apoio à gestão coordenada das embarcações de pesquisa oceanográfica e aos sistemas de observação oceânica do país, vocacionados para a Oceanografia Operacional.

Objetivo Estratégico

- 1. Apoiar a manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura nacional, laboratorial e embarcada, mediante a modernização e/ou a implantação de laboratórios, centros de pesquisa, bancos de dados, preferencialmente, em cooperação com instituições públicas ou privadas.**

Metas para o ano 1: não há. A partir de 2026, ano 3, comprometimento de 10% dos orçamento geral em infraestrutura e laboratórios.

Realizado em 2023: Busca de oportunidades junto aos órgãos de financiamento que possam contribuir para o planejamento da coleta de dados e informações que comporão a infraestrutura nacional do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano em articulação com a comunidade oceânica nacional. Início da estruturação da base de informações acerca da capacidade nacional instalada em termos de infraestrutura laboratorial e embarcada. Busca de parcerias para a modernização e expansão desta infraestrutura. Organização da componente de infraestrutura do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano. Planejamento de reuniões setoriais e inserção desta agenda em eventos relevantes.

Macroprocesso 4

Programa de Inovação

O Macroprocesso 4 tem por objetivo criar uma estrutura responsável por instrumentação oceanográfica, atuando desde o desenvolvimento de equipamentos científicos até sua manutenção, incluindo a aferição da qualidade dos dados coletados. Ao criar tal estrutura, se propõe também a capacitar recursos humanos e entidades no uso, calibração e desenvolvimento de equipamentos e tecnologias para pesquisa oceânica.

Objetivo Estratégico

- 1. Apoiar a inovação por meio da articulação da comunidade científica e tecnológica com o setor privado, bem como pelo apoio a novas empresas de base tecnológica nas áreas de sua atuação, buscando soluções nacionais aos desafios relacionados aos oceanos.**

Metas para o ano 1: Ao menos um parceiro do setor privado vinculado a projetos e iniciativas voltados para projetos nacionais vocacionados à inovação.

Realizado em 2023: Identificação de setores relevantes na iniciativa privada que congregam os objetivos de inovação do INPO. Início de processos voltados à negociação de parcerias com representantes do setor privado e público. Busca ativa por parcerias relevantes e negociação de acordos e demais instrumentos, em particular com a iniciativa privada. Discussões acerca do desenho do Centro de Instrumentação Oceanográfica.

Macroprocesso 5

Informação e Difusão do Conhecimento

O Macroprocesso 5 ambiciona implantar uma Infraestrutura de Dados Oceânicos, um sistema nacional de dados para o gerenciamento de informações, incluindo sua política de manutenção, armazenamento, controle de qualidade e distribuição para a sociedade. Tal infraestrutura armazenará dados marinhos de forma sistemática e integrada com os demais sistemas nacionais de dados existentes. Por fim, ambiciona também promover a capacitação de pessoas e entidades nos temas de redes de dados provenientes da pesquisa oceânica, considerando-se o Banco Nacional de Dados Oceânicos (BNDO).

Objetivo Estratégico

- 1. Instituir mecanismos de informação e de difusão do conhecimento, bem como colaborar para a capacitação avançada de recursos humanos.**

Metas para o ano 1: ao menos 20 acessos às postagens públicas do INPO ou a realização de dois cursos de capacitação em pesquisa oceânica. Desenhar o Plano de Ação para Infraestrutura de Dados.

Realizado em 2023: Delineamento e discussão, juntamente com empresas locais, visando à estruturação do domínio público inpo.org.br.

Macroprocesso 6

Integração de Ações Institucionais

O Macroprocesso 6 versa sobre o processo de implantação da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII), com base na capacitação dos grupos de pesquisas existentes e na infraestrutura disponível nas universidades, centros de pesquisa e empresas, via estabelecimento de acordos com Universidades, Institutos de Pesquisa e a Marinha do Brasil, para uso e compartilhamento de dados oceanográficos e da infraestrutura de pesquisa.

Objetivo Estratégico

- 1. Promover propostas de eficiência na integração de ações de diversas instituições, a fim de potencializar os resultados das iniciativas e dos conhecimentos nas áreas das ciências do mar.**

Metas para o ano 1: firmar ao menos quatro acordos e demais instrumentos de parceria com instituições de P,D&I oceânicas.

Realizado em 2023: Organização sistemática e contatos iniciais com os componentes que integram a Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII) e a coordenação dos esforços nacionais de integração de grupos e de infraestrutura laboratorial. Identificação das expertises presentes, bem como das lacunas técnicas.

Macroprocesso 7

Captação de Recursos

O Macroprocesso 7 busca prospectar e captar, em níveis nacional e internacional, recursos de patrocinadores permanentes e pontuais para subsidiar as ações e projetos a serem executados pelo INPO, por meio de acordos de cooperação, protocolos de intenções e outras formas de cooperação, com instituições privadas e públicas, nacionais e estrangeiras, para possibilitar a transferência de conhecimento, otimização da utilização de recursos e desenvolvimento de projetos de interesse comum, na região geográfica de interesse do INPO.

Objetivo Estratégico

- 1. Promover a ativa captação de recursos de fontes privadas e públicas, nacionais e internacionais.**

Metas para o ano 1: não há. A partir de 2026, ano 3, captar 25% do orçamento anual do Contrato de Gestão de fontes externas e, partir de 2028, ano 5, incrementar a captação para 50% do orçamento anual do Contrato de Gestão.

Realizado em 2023: Início do processo de identificação de potenciais fontes de recursos externos que sejam alinhadas com os objetivos do INPO. Delineamento das ações necessárias para o credenciamento do INPO em agências de fomento e outras potenciais fontes de financiamento público e privado. Capacitação do quadro técnico do INPO em captação de recursos.

Macroprocesso 8

Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres

Esse Macroprocesso prevê apoiar mecanismos de coordenação e articulação inclusivo, de forma a agregar projetos de pesquisa normalmente executados de forma isolada, em regime de parcerias, e que sirva como ferramenta para a ampliação da capacidade de detecção, prevenção de impactos, formulação de “ações de resposta” tempestivas, bem como a mitigação de danos, na eventualidade de situações de ameaça ou de desastres ambientais por poluição no mar.

Objetivo Estratégico

- 1. Apoiar sistemas públicos de gestão de riscos e prevenção de desastres naturais e antrópicos no mar, como decorrência de eventos extremos, bem como aqueles relacionados a eventos de poluição.**

Metas para o ano 1: firmar instrumentos de parceria com instituições nacionais para prevenção, mitigação e remediação de incidentes ambientais no mar.

Objetivo em fase de planejamento, com início de suas atividades previstas para 2024, mais especificamente na busca ativa pelas instituições nacionais vocacionadas à prevenção, mitigação e remediação de acidentes ambientais no mar.

Ações de Futuro



Ações de Futuro

Dentre as propostas de ações estabelecidas ao INPO para o Ano 1 do Contrato de Gestão, o que corresponde ao ano fiscal de 2024, estão a finalização da estruturação da sede e da contratação do quadro técnico-administrativo da OS. Em termos de atividades ligadas aos macroobjetivos do INPO, prevê-se a organização de um amplo Seminário Nacional que contribuirá na formulação do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano, linha-base para a definição da Agenda Científica do Instituto. Para tal, intensas articulações serão necessárias com os agentes nacionais dos setores marinhos, público e privado. Abaixo apresentamos os objetivos estratégicos constantes no Contrato de Gestão com o MCTI e suas respectivas ações previstas para 2024.

Implantação e Operação do INPO

1. Estabelecer a governança da OS

Previsto para 2024: Aprovação do Plano de Cargos e Salários pelo Conselho de Administração e posterior publicação. Monitoramento e possíveis atualizações dos demais documentos de governança. Reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal. Entrega da prestação de contas de 2023.

2. Implantar as instalações físicas

Previsto para 2024: Finalização das obras de adequação, entrega e inauguração da nova sede e início dos trabalhos formais na sede física.

3. Contratar os recursos humanos para a operacionalização da OS, com base em requisitos estabelecidos.

Previsto para 2024: Busca ativa para a Diretoria de Administração e Finanças. Abertura de processo seletivo para os cargos de coordenação do Instituto. Abertura de processo seletivo a compor o quadro técnico do INPO.

Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos

Objetivos Estratégicos

1. Expandir a base do conhecimento sobre os oceanos, com ênfase para o Atlântico Sul e Tropical, a fim de reduzir a vulnerabilidade econômica e social no Brasil, decorrentes de múltiplos vetores de estresse no mar.

Previsto para 2024: Composição do Conselho Científico do INPO e início de suas atividades de assessoramento. Organização da governança da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPPI). Organização e coleta de dados para a elaboração do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano.

2. Apoiar a promoção de estudos, pesquisa e desenvolvimento, inovação e outras atividades de interesse público, nas áreas de sua atuação.

Previsto para 2024: Negociações para a participação do INPO em projetos e programas nacionais relevantes. Organização de reuniões multissetoriais para avanço de projetos estruturantes. Negociações de parcerias e mecanismos de fomento. Composição da primeira edição da Agenda Científica do INPO.

3. Apoiar a expansão e consolidação do conhecimento científico e tecnológico nacional em oceanos, orientado a soluções, com ênfase no Atlântico, e sua consequente contribuição ao desenvolvimento sustentável do País e à concretização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, da ONU e de objetivos correlatos, e ao alcance dos resultados sociais preconizados para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

Previsto para 2024: Organizar e realizar o Seminário Nacional de Integração entre Oceano e Sociedade. Contribuir ativa-

mente com as ações brasileiras de relevância para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável e para a implementação do ODS 14. Organização e planejamento do policy brief em tema de relevância social, identificado no Seminário.

Infraestrutura Laboratorial e Embarcada

Objetivo Estratégico

- 1. Apoiar a manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura nacional, laboratorial e embarcada, mediante a modernização e/ou a implantação de laboratórios, centros de pesquisa, bancos de dados, preferencialmente, em cooperação com instituições públicas ou privadas.**

Previsto para 2024: Estruturação da base de informações acerca da capacidade nacional instalada em termos de infraestrutura laboratorial e embarcada. Busca de parcerias para a modernização e expansão desta infraestrutura. Organização da componente de infraestrutura do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano. Organização de reuniões setoriais e inserção desta agenda em eventos relevantes.

Programa de Inovação

Objetivo Estratégico

- 1. Apoiar a inovação por meio da articulação da comunidade científica e tecnológica e com o setor privado, bem como pelo apoio a novas empresas de base tecnológica nas áreas de sua atuação, buscando soluções nacionais aos desafios relacionados aos oceanos.**

Previsto para 2024: Busca ativa por parcerias relevantes e negociação de acordos e demais instrumentos, em particular com a iniciativa privada. Desenvolvimento do desenho do Centro de Instrumentação Oceanográfica e busca de financiamento.

Informação e Difusão do Conhecimento

Objetivo Estratégico

1. **Instituir mecanismos de informação e de difusão do conhecimento, bem como colaborar para a capacitação avançada de recursos humanos.**

Previsto para 2024: Contratação de serviços de comunicação e mídias sociais. Planejamento do Diagnóstico Nacional sobre o Mar que elenca os temas reconhecidos como mais relevantes pelos atores sociais de interesse no INPO. Elaboração do desenho do Plano de Ação para a Infraestrutura de Dados, em colaboração com a comunidade científica nacional e, se desejável, contemplando também a comunidade científica internacional. Busca de modelos e boas práticas em infraestrutura de dados oceânicos no país e no exterior. Início das discussões do Sistema de Infraestrutura de Dados Oceânicos e Costeiros (SID-Oceano).

Integração de Ações Institucionais

Objetivo Estratégico

1. **Promover propostas de eficiência na integração de ações de diversas instituições, a fim de potencializar os resultados das iniciativas e dos conhecimentos nas áreas das ciências do mar.**

Previsto para 2024: Elaborar a governança da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura e iniciar suas atividades. Firmar instrumentos de parceria com as instituições que ainda não aderiram formalmente à Rede, bem como negociar novas parcerias.

Captação de Recursos

Objetivo Estratégico

1. **Promover a ativa captação de recursos de fontes privadas e públicas, nacionais e internacionais.**

Previsto para 2024: Busca ativa por fontes externas de recursos. Participação em eventos e reuniões que possibilitem

acesso a fontes de recursos. Negociações com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para parcerias que incluam a captação de recursos. Promover estudos sobre o credenciamento do INPO junto a fontes internacionais de recursos orçamentários. Iniciar a elaboração do Plano de Captação de Recursos Plurianual.

Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres

Objetivo Estratégico

1. Apoiar sistemas públicos de gestão de riscos e prevenção de desastres naturais e antrópicos no mar.

Previsto para 2024: identificação de demandas de interesse da sociedade e de sistemas públicos de gestão de riscos e prevenção de desastres naturais e antrópicos no mar, valendo-se do Seminário Nacional de Integração entre Oceano e Sociedade e do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano, a ser bianualmente organizado. Buscar estabelecer projetos de pesquisa em regime de parcerias, bem como buscar a sinergia entre os projetos existentes, para esse mesmo fim. Desenhar o mecanismo de disponibilização de informações científicas para os órgãos responsáveis pelas ações de prevenção e de emergências no mar.

Quadro de Metas e Indicadores 2024

MACROPROCESSO	ID	INDICADOR	QUALIFICAÇÃO	META 2024
1. Implantação e Operação INPO	1	Percentual de cargos preenchidos. Mensuração anual em relação ao total de cargos previstos no plano operacional.	Eficácia	Mínimo 60%
	2	Publicação de 1 (um) Regimento Interno (RI); 1 (um) Plano de Cargos e Salários (PCS); 1 (um) Regulamento de Contratação de Obras, Serviços e Compras (RC).	Eficácia	RI, PCS e Rc publicados
	3	Percentual cumulativo da implantação física da sede.	Eficácia	Mínimo 50%
2. Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos	4	Pesquisa de opinião sobre a atuação do INPO em termos de relevância, com conhecimento nacional, engajamento com os pesquisadores e atualidade das informações.	Efetividade	não há
	5	Número de publicações técnico-científicas em periódicos internacionais por ano.	Eficiência	não há
	6	Número de Policy briefs bianual publicados para tomadores de decisão por ano (a partir do Ano 2).	Efetividade	não há
3. Infraestrutura Laboratorial e Embarcada	7	Recursos comprometidos por ano em infraestrutura e laboratórios em relação ao orçamento total (valor mínimo, a partir do Ano 3).	Eficiência	não há
4. Programas de Inovação	8	Número de parceiros privados distintos em projetos e iniciativas para inovação com o setor privado por ano.	Efetividade	1 (um)
5. Informação e Difusão do Conhecimento	9	a) Número de acessos/views às postagens do INPO; ou b) Número de cursos de capacitação oferecidos em temas da pesquisa oceânica por ano.	Eficácia	a) 20 ou b) 2
	10	Percentual cumulativo de execução da Infraestrutura de Dados (Sistema de Infraestrutura de Dados Costeiros e Oceânicos, SID-Oceano).	Eficiência	20% [1(um) Plano de Ação]
6. Integração de Ações Institucionais	11	Número de instrumentos de parceria firmados por ano com instituições para prevenção, mitigação e remediação de acidentes ambientais.	Eficiência	4 (quatro)
7. Captação de Recursos	12	Percentual de captação de recursos em relação ao orçamento anual.	Efetividade	não há
8. Gestão de Riscos e Prevenção	13	Número de instrumentos de parceria com instituições de P,D&I firmados por ano.	Eficiência	não há



Gestão Orçamentária e Financeira - 2023

Gestão Orçamentária e Financeira - 2023

O Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas assinou em 28 de setembro de 2023 o primeiro ciclo do Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI para o período de 6 (seis) anos (2023-2028).

O orçamento inicial previsto para este ciclo corresponde ao montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), com desembolsos anuais de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), aplicados estritamente nos objetivos do Contrato de Gestão, por meio de 8 (oito) macroprocessos, a saber: 1. Implantação e Operação do INPO; 2. Ampliação da Base de Conhecimento do Oceano; 3. Infraestrutura Laboratorial e Embarcada; 4. Programas e Inovação; 5. Informação e Difusão do Conhecimento; 6. Integração de Ações Institucionais; 7. Captação de Recursos; e 8. Gestão de Riscos e Prevenção.

Considerando que o repasse de recursos foi efetivado em outubro e novembro de 2023 (Tabela 1), deu-se prioridade à execução do macroprocesso 1: Implantação e Operação do INPO, justamente por ter a finalidade de compor a estrutura administrativa e técnico-científica do Instituto. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

- Estruturação do Conselho de Administração;
- Contratação do Diretor-Geral, e dos Diretores de Infraestrutura e Operações e de Pesquisa e Inovação;
- Início da articulação junto a instituições privadas em busca de parcerias com a finalidade de captação de recursos externos;
- Articulação junto a Universidade Federal do Rio do Janeiro - UFRJ para firmar contrato de cessão de espaço físico para a instalação da sede administrativa;
- Criação do seu sítio eletrônico: inpo.org.br;
- Publicação dos documentos basilares, como o Regimento Interno (RI) e o Regulamento de Contratação de Obras, Serviços, Compras e Alienação;
- Contratação de serviços terceirizados, por meio de Pessoa Jurídica, para a realização do apoio administrativo;
- Realização de processo de seleção competitiva para aquisição de mobiliário e divisórias para a sede administrativa.

Nesse cenário, o INPO introduziu as medidas necessárias para o alcance das metas estabelecidas no Anexo III do Contrato de Gestão (quadro de indicadores e metas de desempenho).

Valores Repassados no Âmbito do Contrato de Gestão

O repasse de recursos pelo MCTI ao INPO em 2023 obedeceu o cronograma de desembolsos anuais constante no Contrato de Gestão, conforme detalhado abaixo:

REPASSES FINANCEIROS - 2023				
Fonte de Recurso	Total Repasse	Recebimento Efetivo		
		Recebido	Saldo a Receber	Data
Contrato de Gestão - MCTI	R\$ 10.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	25/10/2023
		R\$ 5.000.000,00	0,00	30/11/2023
Total MCTI		R\$ 10.000.000,00		

Tabela 1: Demonstrativo dos repasses financeiros do Contrato de Gestão MCTI/INPO em 2023.

Reprogramação dos Saldos Financeiros

O saldo financeiro de 2023 disponível para reprogramação e em aplicação financeira é de R\$9.646.691,01 (nove milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e um reais e um centavo). Estima-se que este saldo deverá ser utilizado no cumprimento do Macroprocesso I – Implantação e Operação do INPO, conforme detalhado abaixo:

MACROPROCESSO 1: IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO INPO		
Pessoal (com encargos)	Custeio	Material Permanente
R\$ 6.000.000,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
Total	R\$ 10.000.000,00	

Tabela 2: Programação de execução do saldo financeiro conforme acordado em Contrato de Gestão.

Movimentação Operacional dos Recursos do Contrato de Gestão em 2023

O INPO iniciou efetivamente as suas atividades operacionais em 25 de outubro de 2023, com a entrada efetiva dos recursos financeiros previstos no Contrato de Gestão. Foram realizados gastos com a sua operacionalização, conforme descrito nos tópicos abaixo e sumarizados na Tabela 3:

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE GESTÃO MCTI/INPO	
Fluxo de Caixa Resumido de 31/12/2023 (valores em R\$)	
Saldo inicial	0,00
Entradas	
Recursos Contrato de Gestão	10.000.000,00
Rendimentos de aplicação financeira	117.369,94
Total	10.117.369,94
Saídas	
Despesas gerais e administrativas	14.480,87
Despesas com pessoal e encargos	122.617,75
Serviços Técnicos Especializados	25.329,04
Despesas tributárias	9.679,70
Eventos e promoções	4.000,00
Despesas financeiras	286,60
Adiantamento a fornecedores	294.284,97
Total	470.678,93
Saldo Financeiro remanescente	9.646.691,01

Tabela 3: Fluxo de caixa resumido da execução financeira do INPO em 2023.

Relatório de Entradas

Os recursos recebidos do Contrato de Gestão correspondem ao montante previsto no cronograma de desembolso para o ano de 2023. As aplicações financeiras referem-se a investimentos de baixo risco, realizada por meio do Banco do Brasil S/A na linha de investimento em Renda Fixa Simples Ágil que teve em 2023 uma rentabilidade de 10,89% (dez vírgula oitenta e nove por cento).

Relatório de Saídas

Em 2023, os desembolsos financeiros realizados pelo INPO estão diretamente relacionados à composição da sua estrutura gerencial e administrativa, bem como à aquisição de mobiliário e divisórias para a suas instalações iniciais.

A Tabela 4, abaixo, demonstra os recursos previstos e os desembolsos realizados no período:

Orçamento vs. Realizado

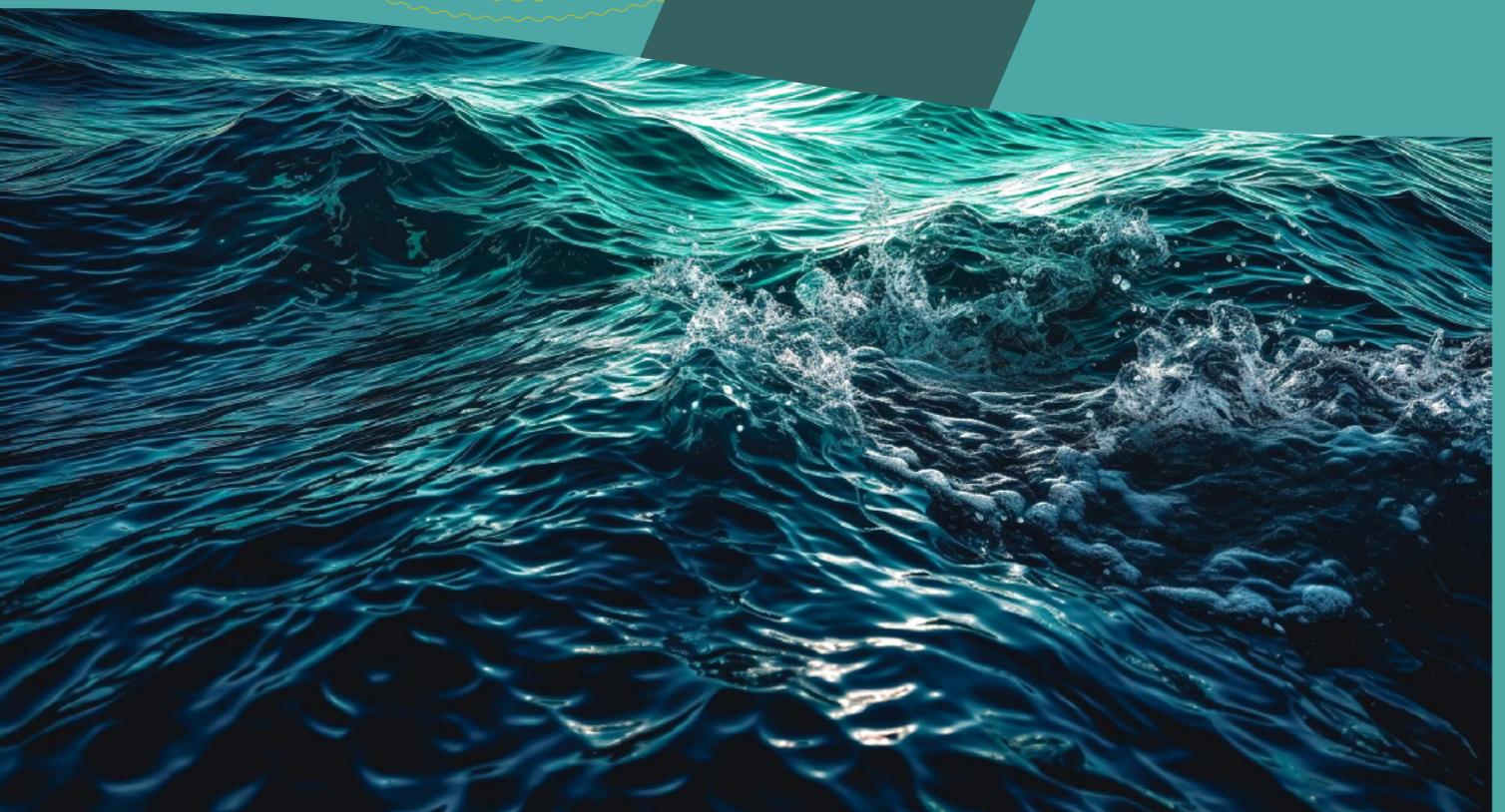
LINHAS DE APLICAÇÃO	PREVISTO	(-) DESEMBOLSO	(=) SALDO OPERACIONAL	DESEMBOLSO (%)
Pessoal e encargos	R\$6.000.000,00	R\$ 122.617,75	R\$ 5.877.382,25	2,04
Custeio	R\$2.500.000,00	R\$ 53.786,67	R\$ 2.446.213,33	2,15
Material Permanente	R\$1.500.000,00	R\$ 294.274,51	R\$ 1.205.725,49	19,62
TOTAL	R\$10.000.000,00	R\$ 470.678,93	R\$ 9.529.321,07	4,71

Tabela 4: Quadro demonstrativo dos recursos previstos e os desembolsos gerados por sua aplicação.

Os gastos com pessoal e encargos referem-se à remuneração e encargos dos diretores contratados no período e correspondem a 2,04% do orçamento previsto. O custeio inicial foi destinado ao pagamento de despesas administrativas e operacionais, representando 2,15% do orçamento previsto. Para o início da operação, se fez necessária a contratação de mobiliário e divisórias, com um adiantamento de 50% aos fornecedores, o que corresponde a 19,62% do orçamento previsto em material permanente (i.e. investimento).

Concluídas as ações de estruturação do INPO, espera-se que os gastos na entidade sejam vocacionados à sua missão técnico-científica, com o premente foco na captação de recursos e identificação de oportunidades de crescimento institucional.

Conclusões



Conclusões

O INPO, em seus primeiros meses de atividade, já demonstra compromisso com ações relacionadas à pesquisa oceânica no Brasil. O Instituto estabeleceu metas e estratégias abrangentes, distribuídas em oito macroprocessos, voltados à expansão do conhecimento, à inovação tecnológica e à infraestrutura de pesquisa nacional.

No âmbito da implementação e operação do INPO, destaca-se o progresso na definição da governança da organização, com a aprovação dos documentos básicos de funcionamento e o avanço na adequação das instalações físicas de sua sede. O comprometimento com a transparência e responsabilidade evidencia-se nas reuniões dos Conselhos de Administração, além da entrega da prestação de contas, referente a 2023.

A ampliação da base de conhecimento do oceano emerge como uma prioridade, com o delineamento de três projetos estruturantes em sistemas de observação, inovação em instrumentação oceânica e gestão de dados. A composição do Conselho Científico, a organização da governança da Rede de Pesquisa, Inovação e Infraestrutura (RPII) e o planejamento para a coleta de dados para o Diagnóstico Nacional sobre o Oceano contribuem significativamente para o alcance desse objetivo. A infraestrutura laboratorial e embarcada, assim como o programa de inovação, revelam um esforço contínuo para modernizar e ampliar a capacidade nacional de pesquisa e desenvolvimento.

O INPO busca ativamente parcerias e acordos, envolvendo o setor privado e público, nacional e internacional. Destaca-se o plano de um Centro de Instrumentação Oceanográfica como um marco potencialmente inovador. A elaboração do Diagnóstico Nacional sobre o Oceano e o Plano de Ação para a Infraestrutura de Dados destacam-se como iniciativas-chave. O INPO posiciona-se não apenas como uma entidade de pesquisa, mas como um agente

ativo na capacitação de recursos humanos e na disseminação do conhecimento oceânico.

A integração de ações institucionais e a captação de recursos representam passos cruciais para a consolidação e expansão das atividades do INPO. A busca ativa por fontes externas de financiamento, ademais de fortalecer as parcerias, garante a sustentabilidade financeira do instituto.

O INPO, ao focar na gestão de riscos e prevenção de desastres, reforça seu compromisso com a responsabilidade ambiental e a segurança marítima. A identificação de demandas sociais e a futura implementação de projetos em parceria com os órgãos responsáveis pelas ações emergenciais fortalecem o papel do INPO na sociedade.

Em síntese, o primeiro ano do INPO é marcado por realizações importantes já previstas e um sólido planejamento para o futuro. O Instituto posiciona-se como um protagonista ativo na pesquisa oceânica, inovação, e na promoção de ações voltadas para a sustentabilidade do oceano, com estratégias bem definidas e a sinalização de um caminho promissor na área das ciências oceânicas e suas contribuições para a economia, o meio ambiente marinho e a nossa sociedade.

Anexo



Anexo

Caderno de Demonstrações Financeiras - exercício 2023

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Período;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas explicativas às demonstrações contábeis;
- Relatório da auditoria - 2023;
- Parecer do Conselho fiscal.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS
BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2023
CNPJ 18.593.635/0001-05

ATIVO			PASSIVO		
	Nota	2023		Nota	2023
CIRCULANTE		19.940.975,98	CIRCULANTE		19.940.975,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	9.646.691,01	Obrigações com Empregados e Encargos	7	143.817,55
Bancos/caixa - com Restrição		0,00	Obrigações Tributárias	8	1.870,96
Aplicações Financeiras- com Restrição		9.646.691,01	Fomento Público - Contrato de Gestão	9	19.789.932,15
			Provisão para Contingências Fiscais	10	5.555,32
CRÉDITOS A RECEBER	5	10.294.284,97			
Adiantamento a Fornecedores		294.274,51	NÃO CIRCULANTE		40.000.000,00
Outros Valores a Receber		10,46	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		40.000.000,00
Fomento Público-Contrato de Gestão a Receber		10.000.000,00	Fomento Público-Contrato de Gestão a Realizar	11	40.000.000,00
NÃO CIRCULANTE		40.000.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		40.000.000,00	Patrimônio Social		0,00
Fomento Público-Contrato de Gestão a Receber	6	40.000.000,00	Resultado do período		0,00
			Total do Patrimônio Líquido		0,00
TOTAL DO ATIVO		59.940.975,98	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.940.975,98

Documento assinado digitalmente
gov.br SEGEN FARID ESTEFEN
Data: 02/02/2024 09:02:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEGEN FARID ESTEFEN
Diretor-Geral
CPF 135.786.856-15

Documento assinado digitalmente
gov.br IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Data: 01/02/2024 08:53:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2023
CNPJ 18.593.635/0001-05

	Nota	2023
(+) RECEITA BRUTA		327.437,79
COM RESTRIÇÃO		
Fomento Público - Contrato de Gestão/MCTI	12	327.437,79
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO		327.437,79
(=) RECEITA LÍQUIDA		327.437,79
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - Contrato de Gestão/MCTI	13	(327.437,79)
Despesas Gerais e Administrativas		(14.480,87)
Despesas com Pessoal e Encargos		(266.435,30)
Serviços Técnicos Especializados		(27.000,00)
Despesas Tributárias		(15.235,02)
Eventos e Promoções		(4.000,00)
Despesas Financeiras		(286,60)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00

DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Documento assinado digitalmente



SEGEN FARID ESTEFEN
Data: 02/02/2024 09:06:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEGEN FARID ESTEFEN

Diretor-Geral

CPF 135.786.856-15

0.00

Documento assinado digitalmente



IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Data: 01/02/2024 08:53:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM REAIS**

Em 31 de dezembro de 2023
CNPJ 18.593.635/0001-05

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Total do patrimônio social
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	-	-	-
Superávit/Déficit do exercício	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	-	-	-

Documento assinado digitalmente
gov.br SEGEN FARID ESTEFEN
Data: 02/02/2024 11:59:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEGEN FARID ESTEFEN
Diretor-Geral
CPF 135.786.856-15

Documento assinado digitalmente
gov.br IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA
Data: 02/02/2024 11:27:18 0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2023

CNPJ: 18.593.635/0001-05

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	-
Ajustes por:	
(+) Provisão para contingências Fiscais	5.555,32
Varição nos saldos dos ativos:	
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	-
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(294.274,51)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(10,46)
Varição nos saldos dos passivos:	
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	145.488,51
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	-
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	-
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	-
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de Terceiros	-
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/Compensar	9.789.932,15
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	 9.646.691,01
 AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 9.646.691,01
 3 -VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 9.646.691,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	9.646.691,01

Documento assinado digitalmente
gov.br SEGEN FARID ESTEFEN
Data: 02/02/2024 09:04:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEGEN FARID ESTEFEN
Diretor-Geral
CPF 135.786.856-15

Documento assinado digitalmente
gov.br IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Data: 01/02/2024 08:53:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em reais)****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas – INPO, qualificado como organização social pelo Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022, com sede em Brasília – DF, tem por finalidade contribuir para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de oceanografia física, química, biológica e geológica; interação oceano-atmosfera; pesca e aquicultura marinha; engenharia naval, costeira e submarina; instrumentação oceanográfica; energia dos oceanos; biodiversidade marinha e costeira, e biotecnologia; a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolver atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

O INPO assinou contrato de gestão em 28 de setembro de 2023, que constitui um instrumento de fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, pelo período de 2023 a 2028 com um orçamento anual estimado em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) totalizando ao final do seu ciclo R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). As suas atividades estão vinculadas a metas estabelecidas em 8 (oito) macroprocessos, quais sejam: 1) Implantação e Operação INPO; 2) Ampliação da Base de Conhecimento dos Oceanos; 3) Infraestrutura Laboratorial e Embarcada; 4) Programas e Inovação; 5) Informação e Difusão do Conhecimento; 6) Integração de Ações Institucionais; 7) Captação de Recursos; 8) Gestão de Riscos e Prevenção.

Em 2023, foi iniciada a implantação da sede definitiva do INPO no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ onde funcionará toda a sua estrutura administrativa. As suas atividades tiveram início efetivo em 28/09/2023, com a assinatura do Contrato de Gestão.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem

finalidade de lucros, e nos pronunciamentos técnicos relevantes a tal entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes no exercício de 2023.

As demonstrações contábeis elaboradas referem-se ao Balanço Patrimonial, à Demonstração de Resultado do Exercício – DRE e à Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC. No ano de 2023 não houve movimentação no Patrimônio Líquido da entidade de forma que fica dispensada a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

As atividades do INPO foram iniciadas no ano de 2023, assim todas as demonstrações apresentam dados desse período não havendo, portanto, informações comparativas a divulgar.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do INPO no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O INPO revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.2 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do INPO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do INPO.

3.3 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação,

acrescido dos rendimentos auferidos em base "*pro rata temporis*" até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis foi realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os passivos sujeitos à determinação das estimas contábeis incluem a Provisão para Contingências Fiscais e Passivos derivados de apropriações por competência (accruals). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido às possíveis imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Essas estimativas serão revisadas ao final de cada ano.

3.5 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, conforme IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a

receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

O INPO tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento e; recebíveis.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7 Receita operacional – Contrato de Gestão

A receita registrada no ano de 2023 refere-se ao reconhecimento do recurso de fomento, oriundo do Contrato de Gestão, em razão da sua realização e é apurada em conformidade com o regime de contábil da competência.

3.8 Despesa operacional – Contrato de Gestão

A despesa operacional foi registrada atendendo ao regime de competência e refere-se aos gastos iniciais com a organização administrativa do INPO, especialmente com a contratação da Diretoria e empresas prestadoras de serviços administrativos terceirizados e é apurada em conformidade com o regime de contábil da competência.

3.9 . Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2023
Bancos/Caixa – Recursos com restrição – Contrato de Gestão - MCTI	0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contrato de Gestão – MCTI	9.646.691,01
Total	9.646.691,01

5. CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se ao adiantamento a fornecedores para aquisição de Mobiliário e Divisórias para a instalação da sede administrativa do INPO e a saldo do Contrato de Gestão a receber no exercício de 2024 com a seguinte composição:

Adiantamento a Fornecedores	294.274,51
Fomento Público-Contrato de Gestão	10.000.000,00
Total	10.294.274,51

6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Refere-se ao saldo dos Recursos do Contrato de Gestão pactuado com previsão de repasse financeiro no período de 2025 a 2028 no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)

7. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ENCARGOS

Corresponde às apropriações relativas às obrigações trabalhistas (salários, férias, 13º e encargos sociais) inerentes à contratação de empregados para o quadro de colaboradores do INPO. Em 2023 foi registrado o montante de R\$ 143.817,55.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Nesse grupo foram registrados os Impostos e Contribuições retidos dos créditos e pagamentos realizados pelo INPO a pessoas jurídicas. Em 2023 foi registrado o total de R\$ 1.670,96

9. FOMENTO PÚBLICO – CONTRATO DE GESTÃO

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação repassou no ano de 2023 o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a execução do macroprocesso 1: Implantação e Operação do INPO, conforme programação de desembolso contida no anexo IV do Contrato de Gestão. Para o ano de 2024 foi pactuado o total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com previsão de repasse financeiro no próximo exercício.

A aplicação desse recurso está distribuída da seguinte forma:

Tabela 1: Orçamento para implantação e operação do INPO – Ano 1

Macroprocesso 1: Implantação e Operação do INPO – Ano 1		
Pessoal (com encargos)	Custeio	Material Permanente
R\$6.000.000,00	R\$2.500.000,00	R\$1.500.000,00
TOTAL	R\$10.000.000,00	

No ano de 2023 foi aplicado o montante de R\$ 327.437,79 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos). Adicionalmente foi acrescido ao saldo as apropriações relativas aos rendimentos de aplicação financeira correspondentes a R\$ 117.369,94 (cento e dezessete mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), restando o total de R\$ 19.789.932,15 (dezenove milhões, setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais e quinze centavos) a ser aplicado a curto prazo.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

No ano de 2023 foram apropriadas despesas relativas a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre os rendimentos de aplicação financeira. O saldo acumulado corresponde a R\$ 5.555,32 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Esta provisão foi constituída em razão da incerteza da cobrança e recolhimento desses tributos pela natureza do INPO, que é uma Organização Social. O Contrato de Gestão prevê a incorporação dos rendimentos de aplicação financeira ao fomento para aplicação estritamente relacionada às atividades vinculadas ao Contrato.

11. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Refere-se ao saldo dos Recursos do Contrato de Gestão pactuado com previsão de repasse financeiro no período de 2025 a 2028 no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para o cumprimento de metas preestabelecidas.

12. RECEITAS

No ano de 2023 foram apropriadas receitas de fomento vinculadas ao Contrato de Gestão/MCTI no montante de R\$ 327.437,79 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos).

13. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício de 2023 corresponderam ao montante de R\$ 327.437,79 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos) e estão intrinsecamente vinculadas à aplicação de recursos oriundos do Contrato de Gestão/MCTI.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração do INPO declara a inexistência de fatos ocorridos até a data de encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Brasília, 31 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br SEGEN FARID ESTEFEN
Data: 02/02/2024 09:07:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEGEN FARID ESTEFEN
Diretor-Geral
CPF 135.786.856-15

Documento assinado digitalmente
gov.br IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Data: 01/02/2024 08:53:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS

CNPJ : 18.593.635/0001-05

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos:

A Entidade teve início de suas atividades, através de sua movimentação contábil a partir de outubro de 2023.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: <https://fenacondoc.com.br/valida-documento/C8E1C-CD3CA-BEA33-97796>

2

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: /audisa.consultores
Twitter: @grupoaudisa
LinkedIn: /company/grupoaudisa
Portal: PORTALAUDISA.COM.BR

operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 26 de Janeiro de 2024

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores
📱 @grupoaudisa
🌐 /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Documento assinado digitalmente por: ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO,
Verifique a(s) assinatura(s) em: <https://fenacondoc.com.br/valida-documento/C8E1C-CD3CA-BEA33-97796>

4

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 30/01/2024 10:08:31 -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: C8E1C-CD3CA-BEA33-97796

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/C8E1C-CD3CA-BEA33-97796>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Em 8 de fevereiro de 2024, às 14 hs, em reunião virtual, reuniram-se os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS OCEÂNICAS - INPO para, em atendimento às determinações do Estatuto Social e Regimento Interno, apreciar os documentos apresentados pela Diretoria do Instituto, a saber:

- Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo os respectivos balanços patrimoniais, as demonstrações de superávit, as demonstrações de mutações no patrimônio social e demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as notas explicativas referentes às demonstrações financeiras;

- Certidões Negativas de Débito; e

- Relatório da Auditoria Externa Independente.

A presente reunião foi realizada de modo virtual e os documentos necessários para a devida apreciação pelo Senhores Conselheiros Fiscais foram enviados anteriormente, via endereço eletrônico. Estiveram disponíveis também na reunião representantes dos setores contábeis e administrativos do INPO e da empresa de auditoria externa, aptos a prestarem todos os esclarecimentos necessários.

A pauta da reunião foi assim composta:

1. Definição do Presidente do Conselho Fiscal
2. Apreciação do Relatório de Atividades 2023
3. Assuntos Gerais

1. Definição do Presidente do Conselho Fiscal

Após breve debate, foi eleito, por unanimidade, o conselheiro titular Sr. Fernando Peregrino como presidente do Conselho Fiscal do INPO, o qual agradeceu e aceitou a indicação, passando a presidir a reunião.

2. Apreciação do Relatório de Atividades 2023

Para a apreciação do Relatório de Atividades 2023, o Sr. Eduardo Frare fez uma breve apresentação sobre os documentos enviados. Após apreciação dos documentos acima referenciados o Conselho fiscal deliberou e emitido o seguinte parecer:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com base nos exames efetuados, nas informações prestadas pela administração do INPO no decorrer do exercício de 2023 e considerando o relatório dos auditores independentes da empresa Audisa Auditores Associados Ltda, datado de 02 de fevereiro de 2024, o Conselho Fiscal, por unanimidade dos seus membros, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeiro do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas, opinam favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos. As Certidões de Regularidade Fiscal encontram-se dentro do prazo de validade e atendem as exigências legais.

3. Assuntos Gerais

Em assuntos gerais, os conselheiros requisitaram à Diretoria do INPO que disponibilizassem todo o cabedal de documentos em uma pasta compartilhada eletronicamente para acesso facilitado. Tal solicitação será atendida a partir da próxima reunião ordinária.

Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião às 14:45hrs e os conselheiros redigiram a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, foi por todos assinada.

Rio de Janeiro-RJ, 8 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO OTAVIO DE FREITAS PEREGRINO**
Data: 09/02/2024 07:29:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Otávio de Freitas Peregrino
(Presidente)

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO DIAS DE ASSUMPÇÃO**
Data: 11/02/2024 10:22:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Contra-Almirante Leonardo Dias de Assumpção

Documento assinado digitalmente
 **LOZEVALDO MONTEIRO CRUZ**
Data: 09/02/2024 20:49:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lozevaldo Monteiro Cruz



Rua Aloísio Teixeira 278 • Prédio 3 • 4º andar • Ilha da Cidade Universitária
Rio de Janeiro - RJ • CEP 21941-850

inpo.org.br